



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

EDITAL DE CHAMADA DE ARTIGOS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA JURÍDICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (RJMPAM).

EDITAL N.º 001/2024/CEAF

O Conselho Editorial da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Amazonas, no desempenho de suas atribuições, torna pública a Chamada referente à seleção de artigos científicos para publicação do volume 19, conforme normas estabelecidas neste edital.

1 OBJETIVO

A Revista Jurídica do Ministério Público do Amazonas (RJMPAM) tem como objetivo principal promover a produção científica e acadêmica de alto nível, abrangendo temas de amplo interesse jurídico e sua relação com áreas afins.

2 PÚBLICO-ALVO

A 19ª edição da RJMPA destina-se à publicação de artigos de autoria de membros do Ministério Público, servidores, comunidade acadêmica, científica e profissionais da área jurídica, buscando estimular o intercâmbio entre os órgãos jurídicos nacionais e estrangeiros bem como a produção científica nacional e internacional.

3 SUBMISSÕES ONLINE

3.1 A submissão de artigos à Revista Jurídica do MPAM ocorrerá exclusivamente pelo sítio eletrônico <https://revistajuridica.mpam.mp.br/index.php/rjmpam/about/submissions>.

3.2 Caso não tenha cadastro na plataforma virtual da Revista Jurídica do MPAM, acesse o link <https://revistajuridica.mpam.mp.br/index.php/rjmpam/user/register>.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

3.3 Cabe ao autor o preenchimento adequado dos campos para cadastro e submissões no sistema, bem como o acompanhamento do processo editorial em curso.

4 CONDIÇÕES DE SUBMISSÃO

4.1 Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens dispostos nas normas de publicações da RJM-PAM, <https://revistajuridica.mpam.mp.br/index.php/rjmpam/about/submissions>.

4.2 As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

4.3 Os artigos originais a serem publicados na Revista Jurídica do MPAM têm de ser inéditos e serão submetidos à apreciação do corpo de pareceristas pelo sistema *double blind peer review* (revisão duplo-cega), o qual garante o anonimato de autores, pareceristas e demais responsáveis pelo processo de avaliação.

4.4 Os artigos científicos devem ser organizados na seguinte sequência:

I – Título em Português e inglês;

II – Resumo (de, no máximo, 200 palavras);

III – Palavras-chave (mínimo de 3 e máximo de 5);

IV – Abstract;

V – Keywords;

VI – Introdução;

VII – Desenvolvimento dividido ou não em tópicos;

VIII – Considerações Finais; (adequar texto na plataforma)

IX – Referências (anexos se houver).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

4.5 Os trabalhos devem ser estruturados na seguinte formatação: folha A4, posição vertical; fonte *Times New Roman*; corpo 12; alinhamento justificado, sem separação de sílabas; espaçamento entre linhas de 1,5 cm; parágrafo de 1,5 cm; margem superior e esquerda de 3 cm, e inferior e direita de 2 cm.

5 DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 Os direitos de publicação dos artigos selecionados e aprovados serão reservados ao Ministério Público do Estado do Amazonas.

5.2 Os artigos publicados na Revista Jurídica do MPAM poderão ser republicados, total ou parcialmente, por outra publicação periódica, bem como citados, reproduzidos, armazenados ou transmitidos por qualquer sistema, forma ou meio eletrônico, magnético, óptico ou mecânico, sendo, em todas as hipóteses, obrigatória a citação dos nomes dos autores e da fonte de publicação original.

5.3 Não serão devidos direitos autorais ou prestada qualquer remuneração autoral pela licença de publicação dos trabalhos na Revista ou qualquer outro encargo atribuído ao MPAM. Ao submeterem artigos à Revista Jurídica do MPAM, os autores declaram ser titulares dos direitos autorais, respondendo exclusivamente por quaisquer reclamações relacionadas a tais direitos, bem como autorizam a Revista, sem ônus, a publicar os referidos textos em qualquer meio, sem limitações quanto a prazo, território ou qualquer outra, incluindo as plataformas de indexação de periódicos científicos nas quais a Revista venha a ser indexada.

5.4 Os nomes e endereços informados na Revista Jurídica do MPAM serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

5.5 O conteúdo dos artigos publicados na Revista Jurídica do MPAM – inclusive quanto à sua veracidade, exatidão e atualização das informações e dos métodos de pesquisa – é de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es). As opiniões emitidas pelo autor em seu trabalho são de sua exclusiva responsabilidade, não representando, necessariamente, o pensamento do Ministério Público do Estado do Amazonas.

5.6 A Revista Jurídica do MPAM é uma publicação anual e será divulgada por meio eletrônico.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

5.7 Eventuais dúvidas serão dirimidas pelo Editor Responsável e Conselho Editorial da Revista Jurídica do MPAM, com encaminhamento de *e-mail* para revistajuridica@mpam.mp.br.

6 CRONOGRAMA

O colaborador poderá apresentar o artigo até o dia 30 de junho de 2024 por meio do sistema de gerenciamento e publicação de revistas eletrônicas Open Journal Systems (OJS).

Manaus, 02 de maio de 2024.

JOÃO GASPAR RODRIGUES

Promotor de Justiça de Entrância Final

Chefe do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional- CEAF

Coordenador-Geral do Conselho Editorial da Revista Jurídica do MPAM